

Marxismo e questão nacional

- Notas sobre os processos anti-imperialistas na América Latina

Ronaldo Fonseca

Marx no seu conhecido Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, tomando como referência *os países centrais do capitalismo*, objecto da sua análise, postulava (11 anos depois da derrota das insurreições de 1848) que “nenhuma formação social desaparece antes que, no seu seio, se tenham desenvolvido todas as forças produtivas que ela pode conter”. Marx, como sabemos, não viveu o suficiente para analisar o fenómeno do imperialismo nem a realidade por este engendrada no mundo periférico, já antes submetido ao colonialismo. Uma realidade que, em múltiplas dimensões, é muito diversa daquela dos países centrais, apesar de ambas estarem integradas (contraditoriamente) no sistema-mundo capitalista.

Lénine (e os diversos pensadores que continuaram e alargaram a perspectiva da sua obra, ao longo do século XX, como Samir Amin, com a sua “Acumulação à escala mundial”) demonstrou que a partir do último quarto do século XIX, um certo grau de concentração de capitais gerando a formação de monopólios nos países centrais permitira ao sistema reunir as condições para o salto qualitativo de que necessitava, ou seja, passar ao estado imperialista. E dessa forma adiar no tempo e no espaço os efeitos das contradições antagónicas do capitalismo. Os mecanismos essenciais desta nova etapa expansionista consistiam na exportação de capitais para as vastas periferias coloniais, semicoloniais ou formalmente independentes (numa época de declínio da rentabilidade dos anteriores processos espoliativos coloniais) e o posterior repatriamento dos sobrelucros. A exportação de capitais industriais (*inicialmente*, na área dos caminhos de ferro e dos têxteis) iria beneficiar da mão-de-obra barata, dos amplos recursos naturais disponíveis em grande parte nas periferias e do monopólio dos mercados locais, abrangendo um sector das populações.

A passagem a essa nova etapa expansionista tornara-se uma necessidade para as burguesias centrais, confrontadas a partir de um certo momento com a retracção dos campos de investimento rentável (segundo a lógica capitalista), com os limites dos seus mercados internos e regionais, e, conseqüentemente, com a tendência à estagnação do sistema. Era fundamental para as potências centrais abrir novos campos de investimento de capitais, praticamente sem concorrência num primeiro tempo, em regiões sob a sua influência ou controlo. Ao longo das décadas este processo geraria igualmente um sistema comercial baseado na troca desigual entre centros e periferias. A concentração monopolística nos países centrais (nomeadamente a Inglaterra, França, Holanda, Bélgica e posteriormente a Alemanha e os Estados Unidos) criou as condições materiais e humanas que viabilizaram a nova etapa expansionista. Uma expansão que, ao longo de um século, gerando confrontos e guerras interimperialistas pela disputa do controlo dessas regiões, passando por revoluções populares, crises e transformações tecnológicas, viria desembocar, a partir dos anos 80 do séc. XX, na chamada globalização neoliberal que não é outra coisa senão uma fuga para a frente do capitalismo (face ao adensar das suas contradições sistémicas) e uma nova etapa do imperialismo. Era a demonstração do carácter polarizante e não homogeneizante (tal

como parecera aos primeiros pensadores inspirados de Marx e pensando em termos de Europa) do capitalismo.

No entanto, após uma certa euforia artificial criada pelos grandes "media" a propósito das "imensas virtudes" da "globalização", o sistema como um todo entrou em estagnação prolongada. O enorme déficit da balança comercial norte-americana, a situação periclitante do dólar como moeda de reserva e de meio de pagamento internacional (reflectindo o declínio parasitário da economia da maior potência do sistema), a debilidade das reservas energéticas das potências centrais do sistema, a contenção geoestratégica efectuada pelas potências re-emergentes (Rússia, China, Irão) conduziram a uma crise larvar e a um impasse para o qual o imperialismo busca como saída uma economia de guerra permanente voltada para capturar as reservas estratégicas do planeta e, obviamente, para aprofundar a exploração dos povos.

Em amplas regiões do mundo periférico (inclusive na periferia europeia) a intensificação da exploração e da pilhagem financeira provocadas pela globalização neoliberal, a tentativa de impor um capitalismo tributário e de confiscação, vai criando situações limite e gerando uma nova resistência, assimétrica e multifacetada dos povos.

Regressando ainda (para concluir) à situação no início do século XX, devemos referir que as contradições interimperialistas pela repartição dos mercados e zonas de influência conduziram à primeira guerra mundial, à mobilização militarista/chauvinista por parte da direita e dos partidos social-democratas, (com excepção das suas tendências de esquerda, dirigidas por Rosa Luxemburgo na Alemanha e Jean Jaurès em França, assassinados, em 1917 e antes, em 1914). Em 1917, em plena guerra mundial inter-imperialista se produziria a grande revolução russa, levantando enormes e justificadas expectativas entre os povos do mundo.

A realidade no mundo periférico

Nas periferias mundiais (e em particular, na América Latina) este novo processo imperialista desencadeado inicialmente por capitais ingleses, iria aí criar, ao longo do tempo, sociedades dependentes e deformadas cujo "desenvolvimento" exógeno se assemelharia a um grande mosaico onde, ao lado de pólos industriais beneficiando de mão de obra barata, controlados pelo capital estrangeiro, permaneciam vastas regiões rurais e semi-rurais caracterizadas pelo subdesenvolvimento e extrema pobreza.

Periodicamente, movidas pelo desespero, massas humanas de camponeses pobres e sem terra deslocavam-se para as cidades num êxodo rural em busca illusória de melhores condições de vida, uma vez que a terra permanecia na posse dos grandes latifundiários que o capital inglês não iria hostilizar, ao contrário do que alguns pensavam. Após laborarem durante um certo tempo, principalmente na construção de edifícios e obras públicas, uma vez terminado aquele ciclo de trabalho, transformavam-se em massas de pobres e "excluídos" vivendo de expedientes em guetos nas periferias das cidades.

Através desse tipo de processos se foi configurando ao longo das décadas a realidade sócio-económica e política desses países. Em alguns deles como o Brasil, a Argentina e o México, sectores das burguesias nacionais tentaram modificar a situação num dado período histórico de maior margem de manobra internacional (anos 30 a 50) criando grandes empresas públicas destinadas a favorecer a reorganização da economia. Após algumas realizações assinaláveis (desenvolvimentismo) mas estruturalmente contraditórias, os governos nacionais-burgueses acabaram abatidos por golpes de Estado impulsionados pelo capital norte-americano, já então dominante. Progressivamente, os sectores nacionalistas das burguesias desestruturavam-se iam e

acabariam por, na sua maioria, integrar-se no capital imperialista dominante, como burguesias intermediárias. Com a globalização neoliberal imperialista, a partir dos anos 80, a dependência, a tentativa de desarticulação política/cultural das nações e a devastação social acentuaram-se, tendo o desemprego estrutural gerado imensas massas de deserdados a povoarem as megalópoles, autênticas selvas de cimento.

A expansão imperialista criou nas periferias um proletariado complexo e heterogéneo, bastante diferente dos tradicionais proletariados centrais. Isto se deve justamente ao facto de que a industrialização dependente se foi fazendo a partir dos impulsos dos capitais vindos dos países centrais, segundo seus interesses e não segundo um processo autocentrado de desenvolvimento endógeno, ainda que capitalista. Daí o seu carácter não articulado a nível nacional, e a permanência de vastas regiões de subdesenvolvimento rural, semi-rural e urbano-periféricas. Mas as análises dos marxistas latino americanos da teoria da dependência demonstraram, desde os anos 60 e 70, que apesar da heterogeneidade da sua posição em relação à produção/circulação da mais valia no quadro periférico, tratava-se efectivamente de um proletariado que emerge no quadro do imperialismo. Mais ainda, demonstraram (nomeadamente Rui Mauro Marini e Gunder Frank) que na América Latina nunca houve feudalismo, mas sim formas feudalizantes em algumas regiões.

O imperialismo não produziu (nem poderia produzir) um desenvolvimento generalizado e homogéneo no chamado "terceiro mundo" (aproximando-o à realidade dos países centrais) justamente porque a expansão do sistema capitalista, a partir dos seus centros, tem, como referimos, um carácter polarizante e não homogeneizante. Não visa (nem poderia visar) o desenvolvimento voltado para as realidades nacionais mas a promoção de investimentos selectivos (sem tocar nas oligarquias nacionais reaccionárias) voltados para a produção de sobre-lucros para o exterior, desprovidos de uma perspectiva nacional e, por isso mesmo, tendencialmente desestruturantes das nações.

Naturalmente, este processo de desenvolvimento deformado iria também influenciar as características sociais, económicas e mentais dos proletariados periféricos. Ao lado de sectores em permanência reivindicativos e relativamente organizados (reduzido operariado mineiro e de algumas regiões industriais mais concentradas), de sectores disponíveis para uma forte contestação social como as massas camponesas e populações marginalizadas urbanas (ou para a luta étnico/cultural entrelaçada às reivindicações económicas, como os povos indígenas dos Andes e minorias nacionais oprimidas), constatamos a existência de um sector de trabalhadores manuais e técnicos, de algumas empresas estrangeiras, tecnologicamente mais avançadas, cuja tendência sociopolítica é para um certo elitismo e distanciamento das reivindicações populares, pela ilusão de que sua situação (pontualmente privilegiada) será duradoura.

As condições da transformação revolucionária
nas periferias do sistema-mundo

O processo imperialista, actuando ao longo de mais de um século, criou no mundo periférico (especialmente na América Latina e na Ásia) uma situação em que um desenvolvimento real e endógeno (mesmo capitalista) não é possível, pois está capturado na teia imperialista e bloqueado pela própria natureza polarizante das relações capitalista/imperialistas. Aqui não cobra pois sentido uma certa perspectiva de Marx no século XIX, tendo como referência os países centrais (alguns anos após a derrota das revoluções de 1848, como já referimos), segundo a qual apenas depois de desenvolvidas

todas as forças produtivas que potencialmente conteriam no seu seio,(o que se produziria com certa linearidade) seria possível a emergência de formações sociais qualitativamente superiores. O que implicava que as revoluções socialistas se produziram “naturalmente”, em primeiro lugar, nos países centrais do capitalismo, pela própria pressão das contradições entre forças produtivas e relações de produção e seus efeitos sobre a confrontação de classes.

Nas vastas periferias podemos dizer que vivemos uma situação em que as condições objectivas da mudança estrutural estão reunidas, de uma forma geral, uma vez que sob o imperialismo, não haverá desenvolvimento superior ao existente e a perspectiva no horizonte (se os povos o permitirem) é, ao contrário, a regressão e a "re-compradorização" das sociedades sob a pressão da crise estrutural do capitalismo globalizado. Com excepção da China que é um país-continente, que fez uma revolução nacional, mantendo (apesar do abandono aparente da via socialista), importantes alavancas económico/ financeiras nas mãos do Estado.

Isto significa que, estando latentes (e presentes) as condições objectivas (cujo grau de amadurecimento oscila obviamente de um país para outro), os processos em direcção à mudança estrutural emancipatória dependerão das condições políticas, do factor subjectivo, isto é, da organização (mais ou menos ampla) das massas populares heterogêneas, de factores de radicalização imprevistos, da emergência de direcções político/militares criativas e capazes de conduzir processos de contestação reivindicativa e de ruptura, segundo a análise (entrelaçada à prática das lutas sociais) dos contextos concretos.

A estratégia progressista e revolucionária nessas regiões deve tender, na nossa perspectiva, para a configuração de blocos de classes e fracções de classes, etnias e segmentos sociais subalternos, explorados, oprimidos ou discriminados, opostos (de diversas formas) ao *status quo*, isto é, ao bloco dominante oligárquico/ imperialista. Este bloco popular e seus aliados será composto, na América Latina, pelo (relativamente reduzido) proletariado mineiro e de algumas indústrias mais concentradas, pelos camponeses pobres e trabalhadores rurais sem terra, pela massa de “excluídos” das periferias ("sobras" da globalização liberal, nova "plebe" urbana), por povos indígenas e minorias nacionais oprimidas, por amplos sectores da pequena burguesia assalariada constantemente laminada pelo sistema (intelectuais progressistas, jovens estudantes, funcionários, médios, oficiais militares, etc.) e finalmente por pequenos e médios empresários em crise, limitados ao mercado interno de consumo popular.

Na perspectiva da luta pelo poder, convém notar a importância dos sectores progressistas e patrióticos da “pequena classe média”, camada social que, podendo adquirir posições profissionais e culturais influentes (e até estratégicas, no caso dos militares) na sociedade, podem constituir-se em aliados preciosos. Isto pela referida consciência nacional/anti-imperialista que permanece latente em vários sectores da população.

Articular adequadamente este grande bloco progressista e anti-imperialista, evitando que as diferenças no seu seio se transformem em rupturas, respeitando estas diferenças e não exigindo um (impossível) homogeneísmo, canalizando-o para objectivos emancipatórios, tendo-se em linha de conta a correlação de forças a cada fase da luta, eis aí a tarefa fundamental das lideranças político/revolucionárias, dos movimentos sociais, das organizações políticas da esquerda, das lideranças de povos originários. A sua amplitude e a sua diversidade organizacional não retiram a possibilidade de uma convergência política para objectivos fundamentais a este bloco popular que, num processo complexo, irá tendencialmente situar-se em desconexão do bloco oligárquico/imperialista *através uma linha demarcatória* de rejeição das lógicas

do capitalismo globalizado (e suas consequências regionais) que hoje assume o rosto do neoliberalismo aplicado às zonas periféricas.

Oposto radicalmente ao bloco nacional/ popular situa-se (lá onde não houve transformações) o “bloco no poder”, formado pelo grande capital financeiro e industrial associado ao imperialismo, pelos latifundiários, pelas transnacionais, pelos grandes exportadores e, em última análise, pelas instituições financeiras internacionais do imperialismo. A heterogeneidade e complexidade do bloco popular, as suas origens diversas bem como a diversidade relativa das estruturas mentais dos seus componentes, colocam a questão da impossibilidade de ele ser estruturado e dirigido por uma só organização oriunda de um dos sectores, a qual não estaria em medida de captar e acomodar toda a diversidade sócio/cultural. Esta tarefa necessita sim de uma aliança convergente de organizações políticas e movimentos representativos dos diversos sectores, portadores dos problemas próprios e das estruturas mentais específicas de cada um deles, capaz de estruturar a unidade na diversidade, à volta da questão nacional/social. Parece-nos também artificial, nas formações sociais periféricas, a ideia de estabelecer *à priori* qual o sector do bloco popular que terá a direcção do processo .

Esta é uma questão cuja resposta só poderá emergir das próprias lutas emancipatórias concretas e frequentemente imprevisíveis nos seus contornos. Aqui faria certo sentido lembrar uma afirmação perspicaz de Lênine no seu texto (considerado polémico) sobre a insurreição irlandesa de 1916: “Quem espera pela revolução pura não a verá jamais”!

No plano histórico/ideológico constitui uma característica importante dos processos nacional-populares-anti-imperialistas a referência a grandes figuras do passado que, na sua época, protagonizaram combates importantes contra as potências coloniais e neo-coloniais (como Bolívar, Martí, Zamora, San Martín, Tiradentes e outros), personagens cujo exemplo e ideário patriótico ficou de certa forma sedimentado no subconsciente popular há várias gerações, encarnando a pátria e o povo. Não existe qualquer contradição em resgatar o seu património político e humano numa nova época em que a luta pelo socialismo já está no horizonte, pois o seu exemplo e a sua mensagem podem ser actualizados dialecticamente. Na realidade podemos constatar, a um certo nível, uma transversalidade histórica dos grandes valores progressistas da humanidade, encarnados por certas figuras, independentemente dos objectivos concretos susceptíveis de ser equacionados em cada época histórica objectivamente considerada.

O projecto alternativo

Nos países centrais dominantes do capitalismo, a esquerda marxista colocou quase sempre, *ideologicamente*, a questão da emancipação do proletariado em termos de uma passagem directa ao sistema socialista, após a ruptura. O que era natural pois nesses países não existiu nem existe uma questão de dominação colonial e/ou imperialista (muito pelo contrário) e portanto não se coloca o problema da libertação nacional. Colocam-se porém outros problemas aos seus povos como o domínio da alienação ideológica burguesa e eurocêntrica, e a aceitação do hegemonismo da visão ocidentalista do mundo, até em certos sectores das classes trabalhadoras.

Nos países periféricos (onde vive mais de 2/3 do proletariado mundial), com um largo historial de colonialismo, submetido há mais de um século à dominação multifacetada do imperialismo, a questão da passagem ao socialismo não pode ser colocada directamente, sem mediações. Na realidade, ela apenas pode emergir no horizonte através da mediação da revolução nacional-popular anti-imperialista. Ou seja, através de um processo de transição específico ligado às suas condições objectivas e

subjectivas. As próprias lutas de classe, nos mais diversos níveis, tendem a articular-se ideologicamente com a questão da libertação nacional.

Efectivamente, na maioria desses países, estão ainda, em geral, por cumprir-se as tarefas de libertação nacional do domínio económico/ financeiro/ político/ mediático do imperialismo, as tarefas do desenvolvimento racional, centrado nos interesses gerais da nação. O processo de espoliação imperialista, o modelo de desenvolvimento exógeno e deformante que foi sendo implantado, teve também como efeito a desarticulação dos interesses nacionais, o surgimento de tensões internas tendo como pano de fundo a emergência progressiva (ao sabor dos interesses externos) de grandes desfasamentos regionais, a nível económico e cultural. No plano político, a presença constante e as imposições das instituições financeiras imperialistas, aliadas ao controle exercido sobre os grandes "media", apostados na imposição de modelos pseudoculturais exógenos, desprezando ou deturpando os valores endógenos, fazem emergir, como referimos, um sentimento de humilhação nacional, nomeadamente entre os sectores mais conscientes e preocupados com o declínio da nação. Entre estes há que referir o movimento dos trabalhadores, a intelectualidade, sectores militares e sectores populares em geral.

Por isso mesmo, o processo de luta, organizado numa primeira fase à volta das questões nacionais e populares, pelas suas características abrangentes, é aquele que é capaz de agregar à sua volta uma adesão social progressista mais ampla e mais diversificada. A posição dos oficiais militares é particularmente contraditória pois são formados ideologicamente à volta do ideário do patriotismo e da defesa da nação (naturalmente, porque os governantes e as classes oligárquicas necessitam afirmar-se como "defensores do interesse nacional"), mas na prática eles vão constatando a submissão desses mesmos governos aos interesses imperialistas. Tal paradoxo aparente faz emergir constantemente um certo número de oficiais intermédios (nomeadamente aqueles oriundos de camadas médias e camponesas) em posições de crítica e descontentamento, por vezes velado, face à dominação imperialista e à postura servil das elites políticas nacionais. Na realidade, tal contradição ideológica no seio das instituições militares tem sido atenuada pelas classes dominante através dos privilégios e dos altos salários dos oficiais superiores, mas estes representam uma ínfima minoria na instituição, o que não impede que em certas circunstâncias específicas, instigados e financiados pelos EUA, tenham conseguido impor ditaduras oligárquicas sangrentas.

Trata-se de uma contradição, de um "elo fraco" no seio da ideologia dominante, para o qual não existe solução definitiva e que se agrava à medida da dependência, da estagnação económica, da "nova" predação neoliberal e da profunda crise de valores do sistema. Gramsci, na sua concepção extremamente ampla e complexa dos intelectuais orgânicos, vinculados a uma das classes fundamentais da sociedade e exercendo importantes funções a seu serviço (elaboradores ideológicos, técnicos, organizadores, divulgadores, etc.) refere os oficiais médios do exército como uma camada intelectual exercendo funções organizativas e de defesa do aparelho de estado burguês no seu todo. Por outro lado, refere que, no seu movimento ascendente, as classes subalternas devem esforçar-se por captar e assimilar os intelectuais dissidentes das classes dominantes (em declínio e crise de valores) para que passem a desempenhar funções convergentes com o seu projecto e sua visão da sociedade.

A problemática da nação é pois uma questão latente nos países periféricos, em geral. A questão nacional é, de certa forma, a *ideologia natural* dos povos nacionalmente oprimidos e tem um conteúdo eminentemente progressista. Já Lênine no seu tempo demonstrara lucidamente, contrariando as visões esquemáticas, que o nacionalismo dos povos oprimidos tem uma dinâmica progressista e agregadora dos povos, enquanto o nacionalismo dos opressores é intrinsecamente reaccionário.

No entanto, a emancipação dos proletariados periféricos e seus aliados não se resolveria com uma revolução nacional-popular que deixasse intacto o sistema capitalista e se propusesse apenas o desenvolvimento de um capitalismo nacional. Tal não seria tão pouco possível, pois na actual fase do sistema mundial capitalista as burguesias nacionais, em quase todos os seus sectores, estão ancoradas ao imperialismo, como classes intermediárias ou parasitárias, como "elites capatazes", sendo historicamente incapazes de desenvolver um "capitalismo nacional". Quanto aos pequenos e médios empresários, enfraquecidos pela crise e pela ausência de créditos, não teriam obviamente dimensão económica e implantação política para lançar-se em tal empreendimento. Apenas um Estado popular, participado pelos povos trabalhadores, pode fazê-lo.

As revoluções nacional-populares têm pois que se ir desdobrando em projecto de transição socialista, as suas lideranças, aliadas ao proletariado, têm que articular dialecticamente, no espaço e no tempo, (não como etapas rigidamente separadas) as tarefas da revolução nacional com as tarefas específicas da transição socialista, dentro dos ritmos possíveis e adequados à transformação da correlação de forças sócio/política a nível de cada país e a nível regional. Nesta perspectiva, a alavanca fundamental e insubstituível é o aparelho de Estado. É absolutamente essencial reorganizar o Estado como instituição central reestruturadora da nação, recuperando empresas que foram privatizadas, conferindo-lhe funções socioeconómicas e culturais de carácter popular, dotando-o de coerência política, de meios para defender os interesses nacionais, resgatando assim o seu prestígio delapidado pela corrupção ao serviço de interesses espúrios. As tarefas da transformação nacional-popular consistiriam fundamentalmente na realização de uma reforma agrária coerente, dando lugar a cooperativas democraticamente geridas pelos camponeses, em medidas de redistribuição de rendimentos e de elevação dos salários, em projectos de desenvolvimento autocentrados, voltados para o mercado interno, na concessão de créditos aos pequenos e médios empresários, em medidas de democratização do acesso à saúde, à cultura e à educação.

Estes avanços da revolução nacional-popular deverão, numa segunda fase (cuja emergência dependerá da determinação e clarividência das lideranças, da participação popular e da correlação de forças face ao imperialismo), desembocar em medidas de transição socialista propriamente ditas. Isto é, a constituição da propriedade pública dos recursos naturais e dos meios de produção e de financiamento fundamentais, a planificação económica geral, a instituição de estruturas de controlo e de co-gestão dos trabalhadores nos mais diversos níveis da sociedade, em particular nas empresas nacionalizadas, bem como o início de medidas visando atenuar progressivamente a divisão social do trabalho. Ao lado do sector do público, existirá um amplo sector cooperativo bem como um vasto sector privado, principalmente de pequenas e médias empresas voltadas essencialmente para o mercado interno, devendo cumprir a legislação do trabalho estabelecida pelo Estado.

Numa fase bem mais avançada, será necessário um sistema permanente de orientações macro-económicas no sentido de favorecer o declínio progressivo das relações baseadas em valores de troca e sua substituição por uma economia onde comecem a predominar os valores de uso. E de um comércio externo entre regiões que privilegiem as relações de complementaridade sobre as relações de competitividade. Uma antecipação exemplar desse projecto socialista pode já ser observado na ALBA, que referiremos mais à frente.

Quanto às tecnologias a utilizar para a construção socialista, é preciso notar duas ordens de factores: em primeiro lugar, um país dependente e subdesenvolvido que, em

meio a todo o tipo de pressões e boicotes, logra a ruptura política com o sistema imperialista, é necessariamente um país fragilizado economicamente (apesar das suas potencialidades futuras), tendo a maioria da população em estado de pobreza e carências de toda ordem. A nova direcção política tem como tarefa inadiável colocar a economia em funcionamento e lançar projectos de desenvolvimento. Sabemos que, de um modo geral, as tecnologias industriais criadas pelo capitalismo não são completamente neutras, remetem implicitamente para uma certa organização técnica/social da produção. Mas a nova direcção política (perspectivando uma transição socialista) de um país subdesenvolvido não possui condições técnicas (nem disporia de tempo útil face às suas responsabilidades para com a massa populacional carenciada) para pesquisar novas tecnologias mais adaptadas ao seu projecto. Terá necessariamente que aproveitar o leque de tecnologias já existente, procurando seleccionar aquelas que melhor se possam adequar ao seu projecto sócio-económico. Mais ainda, e isto é fundamental, deverá, como referimos anteriormente, criar centros locais de formação técnica e estruturas de participação, controle e co-gestão dos trabalhadores nas empresas, de forma a contrabalançar a divisão funcional do trabalho necessária às indústrias dispondo de um nível tecnológico relativamente avançado.

Aqui é preciso clarificar uma questão importante: esta articulação entre as tarefas da transformação nacional e da transformação socialista não se faria em duas etapas distintas e separadas dando lugar, numa hipotética primeira fase, ao poder político cristalizado de uma classe burguesa ou médio-burguesa, tal como referimos. Mas tão pouco haveria uma primeira etapa prolongada em que um certo "capitalismo de Estado" (inevitável, transitoriamente, nas fases iniciais) seria gerido autoritariamente por uma camada social de técnicos e especialistas sem a participação dos trabalhadores. Se assim fosse haveria inevitavelmente a cristalização no poder económico de uma tecnocracia que impediria o controlo e a co-gestão dos trabalhadores (nomeadamente nas grandes empresas públicas), limitaria ou aboliria o papel político/organizativo dos conselhos comunais e das comunas populares, dos conselhos de trabalhadores, bloqueando progressivamente, na prática, a transição ao socialismo.

Não haveria portanto duas etapas distintas, com diferentes classes ou sectores sociais no poder, mas duas fases dialecticamente articuladas, nas quais a participação no poder sócio-político e o controlo da gestão pelas classes trabalhadoras e seus aliados, nos mais diversos níveis, seria, progressivamente, estabelecido *desde o princípio*, impedindo uma cristalização tecno-burocrática e garantindo assim melhores possibilidades de transição da fase nacional-popular para a fase socialista. Simplesmente o desenrolar de um tal processo só pode ser delineado em termos gerais, não sendo viável que seja equacionado segundo um esquema teórico perfeccionista, independentemente das condições das lutas de classe e da evolução da correlação de forças com o imperialismo.

A Venezuela bolivariana

A génese da Venezuela bolivariana vem demonstrar, mais uma vez, a importância da criatividade dialéctica e revolucionária na história e a inadequação de fórmulas esquemáticas e a-históricas (ainda que numa perspectiva de esquerda), desvinculadas, de facto, da realidade objectiva do continente. Nesse país (onde um levantamento popular contra medidas ultra-liberais, em 1989, o "Caracazo" fora brutalmente reprimido), um conjunto de forças sociais progressistas apoiou a candidatura à presidência de um oficial patriótico que tinha sido preso e afastado das forças armadas devido a uma anterior tentativa de rebelião militar contra o *status quo* de

corrupção e submissão da nação aos ditames dos EUA. A sua punição só não fora mais drástica devido ao descontentamento que grassava entre os oficiais intermédios das forças armadas onde o seu movimento teve eco e à crise de legitimidade política dos partidos da burguesia venezuelana.

Contra as expectativas gerais dos observadores, contra a campanha dos grandes "media", Hugo Chavez é eleito presidente da República, em 1998 após uma longa campanha popular pelo país, apoiado por todos os movimentos, sindicatos e partidos progressistas, de esquerda e anti-imperialistas. No ano seguinte, convoca um referendun popular e faz aprovar por ampla maioria uma constituição progressista e patriótica para o país, anulando os bloqueios jurídicos conservadores, deixando abertas as portas para um sistema mais avançado.

Esta vaga de fundo vitoriosa mostra que em certas situações históricas objectivas, onde a pobreza e a miséria são massivas, onde a ausência de perspectivas mais elementares é uma realidade que afecta as maiorias populacionais gerando uma luta de classes multifacetada, onde a riqueza de uma oligarquia ligada ao imperialismo, a humilhação nacional e a corrupção do aparelho de Estado são patentes, onde existe uma certa consciência anti-colonial/anti-imperialista latente, é possível (desde que exista um factor subjectivo tendencialmente unitário, determinado e mobilizador) atenuar a influência dos "media" burgueses e relativizar o peso da ideologia dominante, abrindo caminho para a mobilização das grandes massas populares. Tratou-se de um processo de radicalização de mais de uma década em que se combinaram dialecticamente, como referimos, as lutas não-institucionais e as lutas institucionais.

Não nos olvidemos porém de uma outra realidade histórica: as instituições burguesas nas vastas periferias, não possuem a mesma solidez político/institucional nem estão profundamente sedimentadas na consciência das populações como ocorre nos países centrais e pioneiros do capitalismo. O Estado na periferia não é historicamente uma instituição endógena, enraizada, mas uma instituição que surgiu artificialmente, através do colonialismo e sua extensão neocolonial e imperialista, isto é, como instrumento de opressão e discriminação das maiorias por interesses estrangeiros. Não possui no subconsciente colectivo a mesma legitimidade que adquiriu nos países centrais e o seu enraizamento é relativamente superficial. Esta é uma das razões estruturais que tornou possível, e de certa forma natural, que a maioria da população elegeisse na Venezuela, para presidente da república, um homem que tinha estado na prisão por tentativa de insurreição militar contra as instituições oficiais. Tal situação jamais ocorreria num país central do capitalismo.

A partir dessa vitória, sabemos o caminho efectuado pelo povo venezuelano e seus dirigentes, percorrendo a fase nacional-popular, enfrentando e derrotando um golpe de estado pró-imperialista, em 2002, e lançando sobre a mesa, a partir de 2005, a perspectiva da transição ao socialismo, anunciada por Chavez já no fórum social de Porto Alegre daquele ano. Trata-se de um processo complexo e heterodoxo (como já o fora a revolução cubana), não obedecendo a cânones clássicos, nem exigindo uma (impossível) homogeneidade sócio/classista, mas cujos protagonistas fizeram prova, em geral, de grande criatividade progressista, unitária e revolucionária. Já dizia o marxista António Gramsci, criticando as concepções escolásticas, que "a realidade em movimento é rica de combinações as mais bizarras e que é o teórico revolucionário que deve encontrar nessa bizarría a prova da sua teoria, traduzir em linguagem teórica os elementos da vida da história" (e nela intervir criativamente). "Não é a realidade que deva apresentar-se segundo um esquema abstracto". (Passato e Presente, AG)

Desde a fase da revolução nacional-popular até iniciar um processo complexo de transição para o socialismo, a direcção bolivariana foi lançando as bases da democracia

popular participativa e protagónica que deverá constituir a base da implantação da nova sociedade em perspectiva, apesar das grandes dificuldades que encontrou e que ainda encontrará no seu caminho. A constituição bolivariana, no seu artigo 70, trata do planeamento democrático e da orçamentação participativa a todos os níveis da sociedade e refere a co-gestão, a auto-gestão e as cooperativas diversas como exemplos de formas de associação guiadas pelos valores da cooperação mútua e da solidariedade. Aí estão as sementes da economia solidária, do socialismo. Naturalmente que com um papel cada vez mais importante do Estado popular.

Hugo Chávez teve o imenso mérito histórico de resgatar para a humanidade o projecto do socialismo num momento em que este parecia remetido ao completo esquecimento da história depois de importantes derrotas das causas emancipatórias dos povos e em pleno contexto de triunfalismo arrogante da globalização capitalista/neoliberal e dos seus medíocres profetas do “fim da história”.

Os conselhos comunais (organizações populares baseadas em critérios territoriais) são estruturas fundamentais na perspectiva da democracia popular. Estas instituições trabalham no sentido de diagnosticar, organizar e gerir as prioridades das comunidades, cujo número, segundo cálculos aproximativos, poderá já atingir 52 mil em todo o país. Recursos económicos municipais e estatais são constitucionalmente transferidos para as comunidades geridas pelos seus concelhos. As grandes decisões são tomadas por uma assembleia geral dos órgãos comunitários. Os conselhos comunais elaboram uma base para a actividade sócio/produzida baseada nas necessidades comunitárias e nos seus objectivos futuros, inseridos na revolução. A articulação orgânica de vários conselhos comunais de uma região mais ampla dá origem à configuração de *comunas populares* (hoje já em número superior a 500), grandes organizações de base, vocacionadas também para participar - e exercer controle popular - no âmbito do poder político e económico nos mais diversos níveis. Criam-se assim os órgãos de base e as condições para o desenvolvimento dos sujeitos revolucionários que, coordenados a nível regional e nacional (convergindo com comissões de trabalhadores e sindicais nas empresas), estão destinados a ir moldando um novo elemento no processo de exercício do poder. Através desse processo complexo (face a todo o tipo de pressões internas e externas), se criarão as condições para que as classes trabalhadoras e seus aliados vão assumindo níveis cada vez mais elevados de participação protagónica.

A participação e o protagonismo dos trabalhadores manuais e intelectuais nos mais diferentes níveis, no quadro de uma economia englobando os sectores público, cooperativo e privado, constitui uma das características do projecto em elaboração do socialismo do século XXI. Esse não é um modelo teórico todo concebido por especialistas e pronto a ser “aplicado” (visão mecânica e dualista do marxismo), mas um projecto que se vai construindo, rectificando e reelaborando-se na relação dialéctica e mutuamente fecundante entre teoria revolucionária e praxis transformadora. Não pretende de forma alguma negar globalmente as experiências passadas de construção do socialismo fora do continente, mas compreende-las no seu contexto, incorporar seus aspectos positivos, rejeitar os seus erros e deformações e sobretudo reelaborar criativamente o projecto socialista, nomeadamente nas novas condições históricas impostas pelo imperialismo nas periferias - onde se encontram, como referimos, cerca 2/3 das massas proletárias mundiais.

Trata-se obviamente de um projecto *em elaboração* que se apoia na história real dos povos, que capta e incorpora o que há de transversal nas suas lutas libertadoras passadas (de Bolívar a Martí, de Mariátegui a Guevara, a Chávez e Fidel), que se inspira obviamente das vertentes teórico/metodológicas essenciais da concepção do mundo materialista/ dialéctica e histórica, conjugando-as com os aspectos válidos de outros

contributos progressistas como a teologia da libertação, o comunitarismo dos povos originários, etc, rejeitando quer a adaptação ao sistema capitalista/imperialista quer as petrificações doutrinárias, que acabam por revelar-se estéreis e a-históricas.

Por outro lado, as forças armadas têm sido reestruturadas e depuradas dos oficiais ligados directa ou indirectamente ao golpe oligárquico (violência e contra-violência dentro do processo) e à submissão ao imperialismo norte-americano. Da mesma forma, elas têm recebido uma nova formação ideológica, patriótica e anti-imperialista e exercido funções práticas, vinculadas aos interesses populares, de forma a tornarem-se um instrumento coerente do processo revolucionário. Através da cooperação fundamental da Rússia, a Venezuela dispõe hoje de forças armadas poderosas e tecnologicamente avançadas, aptas a vigiar e defender o seu território, conjugando operações clássicas com a importante e fundamental intervenção de milícias populares.

A estrutura de suporte do poder revolucionário é formada pelos 9 partidos e movimentos sociais que formam o “Gran Pólo Patriótico”.

No geral, trata-se de um caminho ainda longo para percorrer, mas a vontade progressista e revolucionária está presente (não isenta de contradições obviamente) desde a direcção revolucionária até as massas trabalhadoras do campo e da cidade. Um longo aprendizado, com avanços e recuos, tem ainda que ser percorrido pelo povo de um país que, após séculos de colonialismo, foi submetido à hemorragia de recursos materiais e humanos por cerca de 100 anos de imperialismo norte-americano e de tentativa de lavagem cerebral pelos “media” apátridas e vendidos à finança transnacional.

Finalmente, haveria que dizer que a Venezuela bolivariana encontrou uma resposta criativa para o dilema histórico: transição ao socialismo num só país ou aposta prioritária nos complexos processos transformadores regionais. A revolução bolivariana responde a isto conjugando os esforços para impulsionar a transição ao socialismo no seu país (onde já foi possível a ascensão ao poder político/militar e parcialmente mediático, pelas forças de esquerda e anti-imperialistas), com o apoio às lutas populares e à integração sócio/económica regionais - entre projectos que tenham um denominador comum compatível num certo período histórico.

No plano económico, o petróleo e todos os recursos naturais do país foram nacionalizados bem como as suas reservas, as empresas de extração/transformação tem participação maioritária do Estado. Importantes empresas mistas foram construídas entre o estado venezuelano e a Rússia, a Bielorrússia, a China, o Irão, a Argentina e o Brasil. A mais importante empresa siderúrgica, a SIDOR foi nacionalizada com importante participação dos trabalhadores; os meios de transporte, comunicações e de fornecimento energético foram igualmente nacionalizados bem como dois canais de televisão e inúmeras rádios comunitárias. Está em curso um processo de controlo pelo Estado do comércio externo que necessita ser completado; importantes aprofundamentos estão igualmente em curso no campo da reforma agrária. Por outro lado, a cooperação económico/social multifacetada com Cuba é um elemento permanente na Venezuela bolivariana.

Pensamos que a grande questão ainda não resolvida (e indispensável para travar a desestabilização financeira e viabilizar a transição ao socialismo, será a nacionalização completa da Banca, sob controlo dos órgãos dos trabalhadores, medida que ainda não foi possível ser tomada devido principalmente à complexidade que venha a revestir-se a sua acomodação no quadro das economias regionais em integração (Mercosur, etc), onde a Venezuela necessita de permanecer estrategicamente até para que a sua

economia fique menos exposta aos ataques financeiros do neoliberalismo imperialista e se possa defender melhor.

É, no entanto, e para já, importantíssimo que a Venezuela se tenha desconectado do FMI e do BM, e tenha lançado o projecto do Banco do Sul, de fomento produtivo. A aliança com os governos progressistas ou neodesenvolvimentistas da região que apostaram numa integração regional construtiva e tendencialmente distanciada do imperialismo norte-americano é uma aposta estratégica e realista do governo bolivariano. Trata-se aqui de estimular uma transformação regional/popular anti-imperialista em todo o continente, sabendo-se que esta só avançará em diferentes níveis, segundo as correlações de força concretas, a nível interno e externo. Em alguns casos poderá inclusive ocorrer, temporariamente, alguma estagnação. É necessário referir ainda que, após 14 anos de processo revolucionário bolivariano e chavista (num país onde a pobreza e a extrema pobreza atingiam mais de 60% da população), a Venezuela apresenta já os índices sociais, educacionais e culturais mais avançados do continente (à excepção de Cuba, no âmbito da saúde), sendo que no plano editorial está entre os melhores do mundo, nos planos quantitativo e sobretudo qualitativo. Aí se publica Marx (e os marxistas latino americanos) e se faz debates na televisão sobre a sua obra.

Referindo apenas um exemplo, a cooperação e o entendimento da Venezuela com os governos nacional/ desinvolvimentistas do PT no Brasil, no campo económico, da complementaridade comercial e da vigilância e defesa comum do importante território estratégico da Amazônia, não impede que as organizações políticas no poder na Venezuela mantenham relações de cooperação estreita com os movimentos sociais e forças de esquerda brasileiras que apontam claramente os óbvios limites históricos do neodesenvolvimentismo nacional/ burguês e buscam acumular forças (sem isolarem-se) para viabilizar um outro projecto social, sustentado nas classes trabalhadoras e seus aliados. Bastaria citar o apoio e colaboração da Venezuela com o MST brasileiro, principalmente a partir de 2003, aquando do fórum social de Porto Alegre, com a visita de Hugo Chávez a assentamentos cooperativos deste movimento social. Nesta ocasião, foram estabelecidos acordos e protocolos de compra pela Venezuela de sementes e outros produtos elaborados nas cooperativas fundadas pelo movimento, após ocupação de terras não utilizadas produtivamente. Esta cooperação permanece viva e actuante sob o governo de esquerda, popular e chavista de Nicolas Maduro. Dirigentes e quadros do MST tem por sua vez participado na Venezuela no planeamento e nos avanços da reforma agrária nesse país.

Naturalmente, tais situações, fruto do peso da questão nacional/regional e de uma alteração progressiva da correlação de forças geral face às antigas forças políticas do entreguismo-oligárquico-pró-imperialista (muitíssimo descredibilizadas), só são possíveis actualmente no contexto da América Latina.

Numa outra vertente, a Venezuela, a Bolívia, o Equador, Cuba, e outros, procuram neutralizar diplomaticamente os governos que continuam, no essencial, alinhados por orientações neo-liberais e aceitam o colete de forças económico dos EUA, como por exemplo, a chamada “Aliança do Pacífico”.

Por outro lado, a direcção bolivariana procura tecer laços de colaboração estratégica com importantes países de outros continentes que sigam uma linha de independência, de defesa das suas riquezas e de contenção do imperialismo, no quadro do mundo multipolar que já emergiu e necessita consolidar-se. É o caso da cooperação estratégica, que já referimos, da Venezuela com a Rússia, a China, a Bielorrússia e o Irão, no domínio da defesa e de projectos económicos comuns. Trata-se obviamente de uma articulação mutuamente vantajosa, sendo evidente que China, Rússia e Irão tem

interesse no fortalecimento multifacetado da Venezuela, no quadro da contenção ao imperialismo e da multipolaridade.

Efectivamente, no quadro do capitalismo/neoliberal globalizado em que vivemos, a formação de frentes político-económico-culturais anti-imperialistas (e/ou de contenção do imperialismo) é uma vertente indispensável para alterar a correlação de forças à escala geoestratégica, criando melhores condições para a sustentabilidade e defesa de processos de emancipação de povos que adoptaram projectos de transição, complexa, ao socialismo. A luta de classes e sectores sociais em cada país e a luta pela transição ao socialismo são absolutamente indissociáveis da luta anti-imperialista.

O carácter polarizante do capitalismo/imperialismo conduz a contradições objectivas e antagónicas com antigas potências oriundas das periferias que conseguiram re-emergir, estruturadas histórica e culturalmente à volta da defesa determinada dos interesses nacionais e geoestratégicos. Mesmo não se tratando de regimes socialistas, os povos e classes trabalhadoras do mundo não podem permanecer neutros, estáticos e indiferentes face a tais evoluções globais nem à questão fundamental de saber identificar o inimigo estratégico.

Uma das perspectivas estratégica dos povos, nesse momento histórico decisivo, deve ser a contenção e o debilitamento multifacetado e progressivo do campo de acção, influência económica e intervenção político/militar do imperialismo anglo/americano e sionista, o que passa também pelo esforço para a consolidação complexa de um mundo multipolar, ao abrigo do qual vários processos revolucionários e de transição ao socialismo poderão efectuar a sua trajectória com melhores probabilidades.

No que respeita ainda à Venezuela bolivariana, podemos seguramente dizer que a extraordinária riqueza energética que jaz no seu subsolo, a fertilidade das suas terras e a criatividade revolucionária do seu povo consciente, são trunfos seguros que pavimentam a sua via em direcção à transição socialista. Na realidade, se a resistência ao imperialismo e à globalização neoliberal é uma tarefa de todos os povos, pensamos que, face ao peso das grandes transnacionais e do capital financeiro globalizado (e apesar da sua crise sistémica prolongada), projectos de transição ao socialismo só estarão ao alcance de ser levados a cabo, neste momento histórico, em países e regiões próximas e semelhantes que disponham de suficiente extensão territorial e amplo mercado interno, terras férteis e riquezas significativas, domínio das tecnologias económico/productivas e meios culturais/ comunicacionais suficientes para implementar um desenvolvimento progressivamente em desconexão com os centros financeiros imperialistas, capacidade de erguer um aparelho de defesa nacional moderno, coeso e eficaz, entrelaçado à capacidade de mobilização de amplos sectores da população para eventuais tarefas de vigilância além da permanente mobilização política e ideológica numa perspectiva abrangente.

Na Bolívia e no Equador, processos nacional/populares, inspirados em parte, pelo exemplo venezuelano, mas articulado nas realidades locais (em particular a questão da opressão e das tradições culturais dos povos indígenas andinos, maioritários nesses países), emergiram durante os anos seguintes, combinando levantamentos populares contra regimes neoliberais e pró-imperialistas com a exigência de eleições gerais transparentes. Tais lutas conduziram, através de trajectórias muito complexas, ao poder, lideranças populares que desencadearam processos de recuperação das riquezas nacionais e do papel de Estado na economia, encetando ao mesmo tempo uma caminhada visando preparar as condições para uma dinâmica de transição ao socialismo, que aí toma a designação de projecto de “socialismo comunitário”, pela influência das tradições dos povos quechuas e aymaras. É fundado o Estado Plurinacional da Bolívia, após a eleição do primeiro presidente índio da história

americana na pessoa do dirigente do MAS, Evo Morales Ayma, de etnia aymará, dispondo de amplo consenso popular e multiétnico.

A possibilidade destas regiões atingirem efectivamente uma sociedade de características socialistas não está predeterminada por nenhum guião teórico/organizativo infalível. Dependerá da capacidade de mobilização dos seus povos e da lucidez, criatividade e determinação das suas lideranças para construir realidades novas, resistindo às pressões imperialistas, articulando as alianças regionais conforme as linhas de demarcação possíveis e necessárias face ao imperialismo.

Nessa fase histórica, a linha de demarcação fundamental que pode justificar alianças básicas entre países com projectos semelhantes ou relativamente diversos é aquela que separa o bloco daqueles que querem implementar uma integração económico/cultural latino americana daqueles que, recusando tal integração, pretendem estabelecer novas estruturas de dependência do imperialismo americano que funcionem como autênticos coletes de força sobre as suas economias. Nessa perspectiva há que referir a notável acção estratégica e anti-imperialista de Hugo Chávez quando, em 2005, conseguiu estabelecer uma aliança com os governos da Argentina, Brasil e Uruguai para derrotar o sinistro projecto imperialista da ALCA com que Bush pretendia manietar a América do Sul, repetindo o colete de forças anteriormente imposto ao México (NAFTA) e cujos resultados foram a devastação económico/social deste país, a miséria e a emigração massiva. Há que ressaltar ainda, no legado estratégico de Chávez, a criação (pela primeira vez na História) de estruturas políticas autenticamente representativas latino americanas e caribenhas como (em primeiro lugar), a UNASUR e posteriormente a CELAC, das quais os EUA estão excluídos. A nível do Mercosur (actualmente presidido pela Venezuela), o presidente Nicolas Maduro acaba de instituir o Mercosur Obrero que vai estruturar, com direitos próprios, todas as empresas dos países membros que foram tomadas e recuperadas pelos seus operários, assumindo a forma de cooperativas.

Não poderíamos deixar de referir a histórica criação da ALBA (pela Venezuela chavista, Cuba e, a seguir, pela Bolívia de Evo Morales), organização económico/comercial (com moeda própria, o SUCRE) estruturada já agora entre 10 países latino americanos e caribenhos, na qual a competitividade é substituída pela complementaridade, e os valores de troca vão sendo progressivamente substituídos por valores de uso. (A título de exemplo, a Venezuela fornece petróleo a Cuba que por sua vez retribui com fornecimento de recursos médicos e para-médicos, materiais e humanos). Naturalmente que a ALBA ainda terá que percorrer um longo caminho de consolidação e ampliação, mas o seu significado e projecção socialista para o futuro é enorme.

Mais ainda, a criação da rede de televisão latino americana Telesur, fundada e apoiada economicamente pela Venezuela, Cuba, Equador, Bolívia e Argentina constitui um instrumento de excepcional importância na difusão a larga escala de uma outra visão do mundo, progressista e anti-imperialista, através dos seus noticiários, reportagens e entrevistas, mas também pela sua programação cultural e relatos históricos das lutas dos povos e das classes trabalhadoras. A Telesur é, de longe, o principal instrumento das forças progressistas e revolucionárias a nível mundial para contrariar e fornecer uma alternativa à cultura capitalista/ imperialista dominante; iniciará brevemente emissões em inglês.

Será que todos esses avanços acima referidos poderiam ser subestimados, no mundo actual, a partir de uma perspectiva progressista e revolucionária?

A Venezuela bolivariana e chavista compreendeu que, na época da globalização neoliberal imperialista e seus enormes constrangimentos, a transição ao socialismo só

poderá ser encetada se um país estiver inserido em redes de alianças multifacetadas, regionais e internacionais, englobando países com projectos semelhantes, ou diversos mas convergentes em torno de linhas demarcatórias básicas face ao projecto de dominação global do imperialismo; este implica, como referimos, a imposição de um colete de forças neoliberal e dependente a todos os povos e países e a captura das principais reservas energéticas.

Nessa perspectiva, a recente cimeira da CELAC em Cuba, o balanço feito dos seus resultados e as decisões que ali foram tomadas no campo do incremento da cooperação económica e dos investimentos mútuos, representam um significativo avanço na integração regional, apesar dos obstáculos que ainda subsistem. É sabido que entre os membros da CELAC existem países cujos governos tem uma orientação geral de direita. Mas só o facto de que tais governos se tenham visto obrigados a aceitar a exclusão dos Estados Unidos da constituição dessa organização, mostra a força determinante dos governos anti-imperialistas e integracionistas no continente, ou seja, a alteração da correlação de forças, reflectindo os avanços das lutas e da consciência progressista dos povos latino americanos, em geral.

Conclusão

De certa forma, no que se refere ao rumo das lutas emancipatórias dos povos, iniciamos o novo século de maneira, até certo ponto, semelhante àquela com que havíamos iniciado o século XX. Ou seja, num mundo configurado e dominado pelo imperialismo central, é nas vastas regiões periféricas, nos “elos fracos” deste sistema-mundo, onde o enraizamento das instituições da “democracia burguesa” é superficial, onde a situação social das massas populares é frequentemente dramática e onde existe uma consciência nacional/ anti-imperialista em amplos sectores da população, é aí que tendem a emergir formas de contestação radicalizadas levando no bojo a potencialidade de rupturas sistémicas. Tal não se produz obviamente de forma constante e linear, mas passando por períodos prolongados onde a sensibilidade política das massas oscila entre a passividade e a radicalidade pontual. A questão fundamental reside na emergência do factor subjectivo/organizativo/abrangente, impulsionado por lideranças adequadas a cada momento histórico. O desenvolvimento e generalização das lutas periféricas criará uma situação que obrigará os países imperialistas a intensificar, mais ainda, a espoliação das suas massas trabalhadoras internas. Isto irá gerar, através de processos longos e complexos, condições para a superação a prazo da ideologia burguesa- eurocêntrica no seio mesmo de amplos sectores populares dos países centrais, abrindo caminhos de criatividade renovada para processos de luta anti-sistémicos.

A partir de fins da década de 80 (já em plena vaga thatcherista neoliberal, surgida como resposta do capitalismo à sua estagnação) e durante a década de 90 do século XX, as teorias do “fim da história” colhiam alguma verosimilhança nos espíritos mais impressionáveis. A globalização neoliberal assemelhava-se a um rolo compressor triunfante e o potencial militar do imperialismo norte-americano parecia invencível e capaz de bloquear qualquer tentativa séria de resistência. No entanto, aqui e ali, foram emergindo focos de contestação que, no virar do século, se alargaram. A crise económico-financeira de 1997/98, que varreu os “quatro tigres asiáticos” (apresentados como exemplos de sucesso do seguidismo à *outrance* das receitas neoliberais) começava já a toldar seriamente o horizonte. A crise financeira/sistémica iniciada nos países centrais em 2007, demonstrou cabalmente a irracionalidade do sistema. Mas esse, beneficiando de uma correlação de forças político/económica/mediática/favorável (engendrada ao longo de décadas) vai conseguindo impor aos povos a sua pseudo saída

à crise através da intensificação do apartheid social e da exploração, do empobrecimento e da confiscação dos direitos sociais adquiridos no espaço público, sob a chantagem de uma dívida em grande parte ilegítima. Dívida ilegítima que é possível ser repudiada como o demonstrou há 6 anos o governo do Equador. A cada nova fase aguda da sua crise, o capitalismo tenta regressar “pontualmente” às suas formas de acumulação primitiva, como a expropriação dos baldios na Idade Média, deixando amplas populações na miséria e obrigadas a aceitar condições de trabalho iníquas.

O novo século começou já sob o signo de resistências multifacetadas. A estagnação económica permanente do sistema, o desemprego massivo, a especulação financeira e seus efeitos devastadores, as contradições e resistências às agressões militares imperialistas, a emergência de um mundo multipolar, a situação insustentável do dólar e o enorme défice da balança comercial norte-americana são realidades incontornáveis cujos efeitos já se fazem sentir, contraditoriamente, dentro dos próprios países imperialistas.

Hoje encontramos-nos numa situação em que, como referimos, se vai esgotando progressivamente a anterior mensagem euforicamente optimista/manipuladora dos grandes "media" a propósito das "imensas oportunidades" criadas pela globalização neoliberal (que eles procuram depois substituir pela mensagem do fatalismo dos “sacrifícios devido ao recrudescimento da competição internacional” e à dívida) e vai-se instalando, ainda que confusamente (sem clareza maioritária), no seio de amplas massas populares e sectores médios dos países desenvolvidos, a ideia do fracasso da “globalização neoliberal” como paradigma capaz de trazer perspectivas favoráveis às suas vidas.

Ao invés disso, o que transparece cada vez mais é a sensação de que esta “globalização” veio trazer muito mais constrangimentos e uma vida muito mais precária e insegura. Por outro lado, a sucessão de guerras de hegemonia e de pilhagem energética, desencadeadas com pretextos cada vez mais insustentáveis, pelo Estado norte-americano, veio colocar os povos diante da realidade de que vivemos num mundo muito mais perigoso do que aquele que existia durante a chamada "guerra fria".

Ao contrário do que previam os medíocres papagaios do Pentágono instalados nos "mass media" de diversos países, o imperialismo norte-americano e seus aliados estão, no essencial, a fracassar na sua tentativa de superar as suas gravíssimas contradições económicas através do assalto às reservas energéticas do planeta, situadas, em grande parte, nas regiões do Médio Oriente, da Ásia Central e da América Latina. A tremenda resistência às tropas e hordas invasoras oposta por inúmeros povos (entre os quais avulta o povo sírio e o povo palestino), em diversas regiões, mostra mais uma vez que, num mundo ainda dominado economicamente pelo imperialismo, toda a resistência de cariz nacional-popular é, objectiva e tendencialmente, uma luta de classes dirigida contra as burguesias imperialistas e contribui para derrotar o seu projecto decisivo que é o de assenhorar-se de grande parte das reservas energéticas em petróleo, gás natural e biodiversidade do planeta, impondo por toda parte oligarquias vassalas.

Por mais que os grandes "media" procurem insistir na visão do mundo do maniqueísmo ocidentalista para disfarçar os fracassos e justificar novas escaladas, a realidade vai trazendo progressivamente à tona a tendência para o impasse político/militar, o desgaste moral e a colossal hemorragia económico/financeira a que conduziram a série de intervenções imperialistas dos últimos 15 anos.

É importante também referir, nessa perspectiva, como um contributo extremamente positivo às lutas dos povos, as denúncias e o desmascaramento eficaz das agressões e dos crimes imperialistas, efectuadas por figuras progressistas e dissidentes do mundo anglo-saxão como Julien Assange, Edward Snowden e o soldado Manning.

Na realidade, uma das questões de fundo reside no facto de que a colossal capacidade de destruição das forças armadas norte americanas não implica, nem de perto nem de longe, capacidade de ocupação e de gestão dos territórios ambicionados para a pilhagem estratégica. Além disso, existe um limite intransponível para uma eventual tentativa de “solução final”: o imperialismo não dispõe do monopólio das armas nucleares nem das tecnologias com elas relacionadas...

Após a desagregação da União Soviética, o imperialismo norte-americano julgou abertas as vias para o controlo do mundo como uma teia de ferro ao abrigo da qual se implantaria eternamente a globalização predadora do capitalismo. Mas este projecto tem obstáculos decisivos à sua frente. O mundo é demasiado vasto e demasiado complexo para ser controlado e a consciência dos povos vai-se iluminando, de forma naturalmente complexa, não linear e heterogénea. O património das lutas revolucionárias da humanidade (com seus avanços e recuos) mantém-se vivo. Novas lideranças vão-se erguendo, fazendo o balanço das experiências passadas, abrindo novos caminhos apoiados na resistência e na criatividade das massas, segundo cada contexto histórico.

Os Estados Unidos apesar dos seus meios militares, financeiros, e mediáticos, entraram estruturalmente em declínio, o qual será certamente tortuoso, complexo e eivado de perigos para a humanidade. A ambição de desagregar o sistema de Estados-nação (preservando apenas o punhado de Estados imperialistas) vai se revelando uma meta impossível. Tão pouco é realizável o sonho imperialista de impor duravelmente oligarquias vassalas em todos os países e regiões do mundo pois a questão nacional se mantém viva e pode ser mobilizada por lideranças populares.

Ao contrário do império romano, que, no seu período inicial de expansão, desfrutando de vitalidade nos seus mecanismos económicos, podia oferecer a vários sectores dos povos conquistados uma certa melhoria dos seus padrões de vida e de segurança em troca da submissão (o que favoreceu a vontade de romanização em muitos povos), o imperialismo americano, em fase de declínio estrutural e necessitando intensificar a espoliação, nada mais tem a oferecer aos povos que não seja a sua globalização do desemprego e da precariedade, da pobreza, da miséria, do caos e da humilhação nacional.

Este é o verdadeiro e decisivo quadro de fundo estrutural que balizará o futuro da humanidade, numa encruzilhada permanente cujos caminhos antagónicos se denominam socialismo ou barbárie.

15 de Fevereiro de 2014